

NOVA FOLHA COMERCÍARIA

Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros. *Che Guevara*

Base territorial
Arapuá, Carmo do Paranaíba, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Matutina, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Tiros, Varjão de Minas

25 anos
de letras

Informativo do Sindicato dos Empregados no Comércio de Patos de Minas e Região-edição de agosto de 2016- Filiado a Força Sindical e USP
Juca Mandú, 374, centro, Patos de Minas/MG telefone (34) 3821 5500 - E-mail sindec@sindec.com.br

SINDEC e Actual Hospital assinam convênio

Benefício vai atender comerciários sindicalizados e seus dependentes



Actual Hospital oferece atendimento diferenciado com corpo clínico especializado

O Sindicato dos Comerciários de Patos de Minas e Região- SINDEC assinou este mês um importante convênio com ACTUAL HOSPITAL em Patos de Minas com objetivo de oferecer mais um benefício aos associados da entidade. Pela parceria, os comerciários sindicalizados e seus dependentes terão acesso à consultas, vários tipos de exames, como colonoscopia, endoscopia digestiva, eletrocardiograma, estudo urodinâmico, ultrassonografia e vários outros; além de procedimentos ambulatoriais e internação para realização de cirurgias de várias Especialidades. Com preços justos, os comerciários associados ao SINDEC e seus dependentes serão atendidos por médicos especialistas certificados pela Associação Médica e com larga experiência. Outro diferencial do ACTUAL HOSPITAL é a sua Maternidade. Além de realizar Cursos de Gestante gratuito para o casal, o centro hospitalar oferece ainda o Plano Parto, que possibilita o pagamento parcelado de toda despesa para o nascimento do bebê. O ACTUAL HOSPITAL, localizado na Av. Paranaíba, 695 – Centro oferece aos Pacientes atendimento humanizado e com muito acolhimento em suas modernas instalações, que conta com bloco cirúrgico completo munido de tecnologia de última geração.

Segundo Ascendino César, presidente do SINDEC o convênio possibilitará aos comerciários sindicalizados de toda base um melhor atendimento de saúde com melhores preços. “Optamos pelo ACTUAL HOSPITAL por entendermos que nesse momento um centro de especialidades médicas seria a melhor benefício a oferecer aos companheiros comerciários. Tivemos excelentes referências sobre o hospital e, antes de assinarmos o convênio, verificamos in loco o que é oferecido como é feito o atendimento aos pacientes, o que nos deixou satisfeito”, salientou o sindicalista, frisando que o benefício é válido somente para os comerciários filiados ao SINDEC e seus dependentes. De acordo com Ascendino César este é um dos inúmeros benefícios que o comerciário sindicalizado e seus dependentes possuirão. O sindicalista salientou que outras vantagens aos associados e seus dependentes serão publicadas brevemente no informativo do SINDEC. Para maiores detalhes sobre o convênio com o ACTUAL HOSPITAL, o comerciário deve procurar a sede do SINDEC, à rua Juca Mandú 347, centro, em Patos de Minas.



Ascendino César com diretores do Actual Hospital

Quando você se filia ao sindicato garante uma série de benefícios.

Confira:



**Comerciário
SINDICALIZE-SE**

- Assistência psicoprofissional.
- Assistência sindical e trabalhistas.
- Assistência comportamental no ambiente de trabalho.
- Assistência de direitos e deveres trabalhistas.
- Assistência e diagnóstico do direito individual do trabalhador.
- Assistência homologatória nas rescisões contratuais.
- Assistência jurídica trabalhista.
- Assistência odontológica (comerciários e seus dependentes).
- Assistência médica (comerciários e dependentes).
- Banco de empregos (método simplificado desenvolvido pela entidade para encaminhamento do trabalhador desempregado para nova contratação).
- Convênio com o Patos Tênis Clube e ASPRA (comerciários e dependentes).
- Convênio Colônia de Férias em Praia Grande litoral de São Paulo (comerciários e dependentes).
- Cursos na área de educação profissional e qualificação e requalificação profissional (comerciários e dependentes).
- Assistência psicológica assistência fisioterápica (inclusive domiciliar).
- Convênio farmacêutico com desconto de até 60%.
- Convênios com vários seguimentos do comércio para descontos através da carteira de identificação do sindicalizado.
- Assistência médica através do Cartão Saúde estabelecido em Convenção Coletiva de trabalho.
- Assistência funeral destinada aos dependentes por qualquer motivo de morte do titular estabelecida em Convenção Coletiva de Trabalho.
- Convênio com Actual Hospital

Opinião

Comentários acerca do adicional de insalubridade

Luiz Francisco Magalhães Claudino

Insalubre é tudo aquilo que não é saudável, melhor dizendo, tudo o que é prejudicial à saúde. Visando preservar a saúde e a higidez física dos trabalhadores, bem como focada no propósito de redução dos riscos inerentes ao trabalho, a Constituição Federal garantiu a todos os empregados expostos a agentes insalubres, um adicional de remuneração, variável entre 40%, 20% e 10%, conforme a gravidade do grau de sujeição aos agentes agressivos (máximo, médio e mínimo), respectivamente.

A Constituição das Leis do Trabalho também cuidou de garantir a definição legal da insalubridade, prevendo que "serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos". Com base nestas considerações, somente tem direito ao adicional de insalubridade o trabalhador que esteja exposto, em caráter habitual, a agentes nocivos à saúde, tais como frio, calor, radiação, umidade, ruídos, agentes químicos e biológicos, dentre outros. Frise-se que os limites de tolerância e os critérios para caracterização da insalubridade são fixados por normas do Ministério do Trabalho e Emprego ou previstos de forma mais benéfica em Convenção Coletiva de Trabalho, devendo ser realizada perícia técnica por profissional habilitado no caso de dúvida sobre a exposição do obreiro aos agentes nocivos.

A adoção de medidas preventivas como o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual, os chamados EPI's, e a conservação do ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância, aliados aos programas de prevenção, serão capazes de neutralizar agentes nocivos em grande parte das situações previstas no ambiente de trabalho, podendo resultar na suspensão do adicional de insalubridade ou na redução do percentual concedido.

Todavia, para que seja afastado ou reduzido o pagamento do adicional, os EPI's devem ser totalmente eficazes na neutralização ou eliminação do agente insalubre, devendo ser usados da forma correta pelo obreiro. Vale lembrar que enquanto não houver sido eliminada, a insalubridade afeta a todo o momento a saúde do trabalhador. É de fundamental importância que o trabalhador exposto a agentes insalubres tenha cautela e zelo por sua saúde, sob pena de incorrer nos riscos de uma possível patologia oriunda do desempenho das atividades laborais.

* É advogado trabalhista

CNTC, federações e sindicatos debatem proposta de PLR do Grupo Walmart e apresentam reivindicações



Dirigentes sindicais de todo país estiveram reunidos na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) em Brasília (DF), com os representantes do Grupo Walmart Brasil, Gil Ceipli Brito, gerente de Relações Trabalhistas e Sindicais e o Dr. Flávio Obino Filho, consultor de Negociações Coletivas. A reunião teve como objetivo dar continuidade no debate sobre a proposta apresentada pelo Grupo Walmart de

Participação nos Lucros e Resultados (PLR) para seus trabalhadores em todo país. Durante o encontro, os representantes dos trabalhadores apresentaram uma pauta de reivindicações para discussão com o Walmart.

Melhores condições de trabalho, modificações na proposta do PLR apresentada pelo Walmart para tornar mais transparente os critérios e metas para serem atingidos, com maior equilíbrio entre quem ganha mais e quem ganha menos foram alguns dos assuntos abordados durante o encontro. Os representantes do Grupo Walmart prometeram analisar as propostas até a próxima reunião, marcada inicialmente para o dia 13 de setembro na sede da CNTC.

Para o primeiro-vice presidente da CNTC, Vicente da Silva o encontro teve saldo positivo. "A CNTC, as federações e os sindicatos atuaram como facilitadores na abertura de um canal de diálogo para uma negociação coletiva com o Grupo Walmart. Na minha opinião, o PLR é um direito do trabalhador. Precisamos estimular o PLR nas empresas", destacou.

Centrais fazem ato contra perdas trabalhistas



Com balões, bandeiras e carros de som, militantes de centrais sindicais ocuparam parte da Avenida Paulista, região central de São Paulo em ato contra possíveis perdas de direitos trabalhistas. A rua teve o tráfego interrompido no sentido Paraíso, em frente à sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O local de partida da manifestação foi escolhido pelos militantes devido à campanha feita pela entidade contra o aumento dos impostos, que tinha um enorme pato amarelo inflável como símbolo e, ainda, as declarações do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, em defesa

da flexibilização da jornada de trabalho (ele chegou a sugerir 80 horas semanais). "Assim como a Fiesp disse que não ia pagar o pato, os trabalhadores também não vão", afirmou o secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sérgio Nobre. "[Os trabalhadores] querem seus empregos e direitos garantidos", acrescentou o líder sindical, ao enfatizar dois temas: a reforma da Previdência e as privatizações. Para Nobre, é necessário retomar a agenda de investimentos para induzir o crescimento econômico, voltando a gerar empregos e mantendo a renda dos assalariados. "O caminho do crescimento é melhorar a renda dos trabalhadores, retomar as grandes obras de infraestrutura e voltar a ter investimento. Por isso, estamos aqui na rua", disse. As propostas de mudança no sistema de seguridade social foram criticadas pelo sindicalista. "As primeiras medidas foram no sentido de desestruturar a Previdência Social, que é fundamental importância, porque é ela que ampara os trabalhadores na velhice, na viuvez", disse Nobre, em referência às sinalizações do governo federal. Na opinião dele, o fato de o presidente Michel Temer ainda ser interino torna mais problemáticas as discussões. "O governo Temer não tem legitimidade para fazer qualquer tipo de reforma", acrescentou.

Fonte: Força Sindical

Passé férias em Praia Grande
OBS: Somente para comerciantes filiados ao SINDEC

ENCONTRA-SE NO SINDICATO O CALENDÁRIO DO PRIMEIRO SEMESTRE PARA RESERVAS E ACOMODAÇÕES NO CENTRO DE LAZER DOS COMERCIÁRIOS EM PRAIA GRANDE/SP

Quer passar férias na praia com desconto em hospedagem e alimentação?

Entre em contato com o SINDEC (34) 3821 5500 - falar com Ascendino Cesar

Aposentados poderão receber abaixo do Salário Mínimo



A Reforma da Previdência tornou-se prioridade para o governo Temer. O projeto do Planalto para o desmonte da Previdência inclui a desvinculação das aposentadorias aos reajustes do salário mínimo, que representa os ganhos de 70% dos aposentados no Brasil. A investida para desatrelar o Mínimo das aposentadorias

se dá pelo fato que, na última década, o piso nacional foi amplamente valorizado e ainda há uma política de reajustes até 2023, já aprovada no Congresso Nacional. O governo argumenta que os reajustes do Mínimo impactam negativamente nos cofres da Previdência, no entanto, existem outros motivos para o ato.

A ideia de desvincular a aposentadoria do Mínimo representaria mais um gesto para o sucateamento da Previdência e um passo para uma futura privatização velada do sistema. Separar a aposentadoria do menor salário pago no país seria um golpe final sobre o achatamento dos valores dos benefícios, que já acontece gradativamente, levando milhares de pessoas, todos os anos, a receberem o Mínimo. Esse efeito acontece porque o índice de reajustes do Salário Mínimo é sempre maior que o percentual das aposentadorias acima do piso. Se receber R\$ 880 já significa sobreviver, como será, no futuro, viver com menos que o mínimo?

Lei proíbe trabalho de gestantes e lactantes em locais insalubres

Foi aprovada a Lei 13.287/16 que proíbe o trabalho de Gestantes e Lactantes em atividades, operações ou locais insalubres durante o período de gestação e lactação. Com a publicação da Lei foi vetado o dispositivo que assegurava à empregada o pagamento integral do salário, bem como o adicional de insalubridade o que, em parte, desonera os gastos da empresa, mas causa perda econômica à funcionária remanejada para um setor da empresa que não faz jus ao adicional. A discriminação dos agentes considerados nocivos à saúde está prevista em Lei. Caso fique comprovado que o ambiente de trabalho ofereça condições de insalubridade, cuja eliminação ou neutralização seja impraticável, cabe à autoridade regional competente fixar o devido adicional aos empregados. É importante ressaltar que a condições de insalubridade devem ser documentada em laudo técnico, emitido por Engenheiro de Segurança ou Médico do Trabalho devidamente habilitado.

Especialistas em direito trabalhista temem que a nova lei restrinja a contratação de mulheres em setores distintos da economia. Mulheres jovens, em idade fértil, presentes em equipes de enfermagem, por exemplo, poderão ser discriminadas, postas à margem do mercado. As empresas privadas provavelmente optarão pela contratação de profissionais do sexo masculino, por não fazerem jus aos benefícios da Lei.

Banco de oportunidades do SINDEC

Uma boa notícia para quem está de olho no mercado de trabalho no comércio. O **SINDEC** disponibiliza aos trabalhadores da categoria comerciária um **Banco de Oportunidades**, serviço gratuito que visa encurtar caminhos entre candidatos e empregadores do setor.

Para fazer parte do **Banco de Oportunidades** é muito simples.

O interessado deve procurar à sede do

SINDEC, à rua Juca Mandu, 374, centro/Patos de Minas.



Uso do FGTS para empréstimo consignado só deve sair em setembro

A Caixa Econômica Federal deve divulgar em setembro o projeto do uso do FGTS como garantia para empréstimos consignados. A nova linha, com condições mais favoráveis aos trabalhadores - tendo em vista que a garantia diminui o risco de os bancos tomarem calote, deveria estar em vigor desde 30 de março, quando o governo da presidente Dilma Rousseff mandou a Medida Provisória (MP) ao Congresso. Mas só vai estar disponível, segundo estimativas do governo, em setembro. O trabalhador que queira usar 10% do saldo do FGTS e a totalidade da multa rescisória (de 40% sobre o total depositado pelo empregador) como garantia para um empréstimo consignado ainda não vai encontrar essa opção porque o sistema que permitiria aos bancos criar a linha não foi desenvolvido pela Caixa. A das propostas é que os juros do consignado com garantia do FGTS sejam semelhantes aos cobrados nas operações para os aposentados do INSS, de 2,34% ao mês. Os bancos cobram juros menores - em comparação com outras linhas - nos empréstimos consignados porque os descontos são feitos diretamente na folha de pagamento. No caso dos trabalhadores da iniciativa privada, porém, havia resistência por parte das instituições financeiras por conta do risco de os empregados serem demitidos.

O risco de calote por conta da demissão também encarecia as operações para os trabalhadores do setor privado que pagaram, em média, 43,9% de juros ao ano, em maio, segundo dados do Banco Central, enquanto os funcionários públicos e beneficiários do INSS pagaram 27,7% e 30,7% no período, respectivamente. Mesmo assim, as taxas foram menores do que os 53,9% cobrados, em média, nas operações de crédito pessoal. Mesmo sendo usados como "caução" nos empréstimos consignados, os recursos do FGTS não ficarão bloqueados na conta do trabalhador. Ele poderá usar, por exemplo, para moradia ou doença quando ele for demitido, seguindo as regras do fundo.

14 de agosto: Dia dos pais

Homenagem do SINDEC aos pais comerciários

Não me cabe conceber nenhuma necessidade tão importante durante a infância de uma pessoa que a necessidade de sentir-se protegido por um pai.



Aniversariantes setembro de 2016

Dia	Nome
05	Edgar Gonçalves de Freitas
05	Eldes Soares da Mota
06	Márcio Silva Rosa
07	Altino Fernandes Junior
09	Ronan Marques da Silva
09	Liliane de Abreu
10	Valéria Cardoso Barbosa
10	Angelina Maria Correa
10	João Luiz da Silva
11	Junia Oliveira Rosa
11	Adriane Aparecida de Freitas Mota
13	Terezinha de Jesus Gonçalves
17	Sergio Euripedes da Silva Junior
17	Marcelo Aparecido Feitosa
18	Rener Máximo Gonçalves
20	Simone Maria Ferreira
20	Michelly Aparecida da Silva
21	Leida de Fátima Pereira
22	Elisete Conceição de Abreu
23	Reginaldo Martins de Oliveira
24	Juvenal Viana Nogueira Junior
24	Mônica Pereira do Amaral Santos
24	Joice Graciele Bueno Ferreira Lopes

Para descontrair

O espertalhão e o chinês

Um médico chinês não consegue encontrar emprego em hospitais no Brasil. Então ele abre uma clínica e coloca uma placa com os dizeres: **Tenha tratamento por R\$ 20. Se não ficar curado, devolvo R\$ 100.**

Um espertalhão vê a placa pensa na grande oportunidade de ganhar R\$ 100 e entra na clínica.

Espertalhão: Eu perdi o meu sentido do paladar.

Chinês: -Enfermeira, traga o remédio da caixinha 22 e pingue 3 gotas na boca do paciente."

Espertalhão: -Credo, isso é querosene!

Chinês: -Parabéns, o seu paladar foi restaurado. Me dê R\$ 20.

O espertalhão irritado volta depois de alguns dias para recuperar o seu dinheiro.

Espertalhão: -Eu perdi minha memória não me lembro de nada..

Chinês: -Enfermeira, traga o remédio da caixinha 22 e pingue 3 gotas na boca do paciente.

Espertalhão: -Mas aquilo é o querosene de novo. Você me deu isso da última vez para restaurar o meu paladar.

Chinês: -Parabéns, você recuperou sua memória. Me dê R\$ 20...

O espertalhão, já fumegante, paga o chinês, e volta uma semana mais tarde determinado a ganhar os R\$ 100.

Espertalhão: -Minha visão está muito fraca e eu não consigo ver nada.

Chinês: -Bem, eu não tenho nenhum remédio para isso, sendo assim tome este R\$ 100...

Espertalhão: -Mas isso aqui é uma nota de R\$ 20!

Chinês: -Parabéns, sua visão foi restaurada. Me dê R\$ 20."



Tratamento Dentário

O **SINDEC** disponibiliza consultório odontológico para atendimento aos comerciários e dependentes de Patos de Minas e região

Agendamentos
(34) 3821 5500

Drª Ana Lara Caetano
CRO/MG 40890
Clínica geral, crianças

DRª Débora Carolina O. P. Santos
CRO/MG 36687
Clínica geral, crianças, aparelhos

Rua Juca Mandú, 374, centro - Patos de Minas/MG

13º salário, licença maternidade entre outros direitos, podem estar com dias contados



O governo de Michel Temer enviará ao Congresso Nacional uma proposta de reforma trabalhista que mexerá diretamente com a vida dos trabalhadores. Entre as sugestões em estudo, a mais polêmica é a de aumento da jornada semanal de 44 horas para até 60 horas. A ideia chegou a ser levantada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), mas gerou polêmica, o que foi suficiente para um rápido desmentido da instituição. Pelas propostas em discussão, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), as férias, a contribuição mensal para a Previdência Social, o 13º salário e a licença-maternidade, entre outros direitos, continuariam existindo, mas seriam flexibilizados. Patrões e sindicatos poderiam negociar, por exemplo, o parcelamento do 13º salário e a redução do intervalo de almoço de uma hora para 30 minutos, mas com alguma contrapartida oferecida pelas empresas aos empregados.

Para o presidente do SINDEC, Ascendino César, a proposta é um retrocesso às conquistas conseguidas pelos trabalhadores durante mais de 60 anos de lutas. "Entendemos que o país necessita de uma reforma trabalhista que contemple tanto a classe trabalhadora quanto a empregadora, sem que haja prejuízo para ambas as partes mas que também não fira de morte a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). No entanto a proposta que o atual governo sinaliza com esse projeto é de uma incoerência sem precedentes para a economia do Brasil, disse. "Os trabalhadores brasileiros não aceitarão calados", frisou.

O secretário geral da Força sindical, João Carlos Gonçalves, também manifestou-se contrário à proposta do Governo federal. "Não aceitamos os parâmetros desta reforma e vamos lutar contra quaisquer perdas de direitos trabalhistas", disse o sindicalista. A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, através do presidente da entidade, Germano Siqueira, demonstrou preocupação com as mudanças nas leis trabalhistas. "Desestruturar a CLT pode ser perigoso. É fato que é preciso discutir a questão trabalhista no país, mas com a participação de todos os setores", salientou o juiz trabalhista.

NOVA FOLHA COMERCÍARIA

Diretoria do SINDEC

Diretoria Executiva

Ascendino Cesar das Chagas- Diretor/Presidente; José Marcelino Alves-Vice-Presidente; Vander José Viana- Secretário Geral; Lásaro Marcos Martins- Secretário de Finanças e Patrimônio; César Alves de Magalhães- Secretário de Relações Sindicais; Maria Salomé de Sousa- Secretária de Divulgação, Cultura e Formação Sindical; Elcio Caixeta de Araújo- Secretário Social e de Esportes

Conselho Fiscal

Diullia Frantiele Ferreira- José Lázaro de Araújo- Gasparina das Graças

Delegação Federativa

Ascendino César das Chagas, José Marcelino Alves

Jornalista: Bonna Moraes RPMG 17.503
Fotos e diagramação/Bonna Moraes
Impressão/Gráfica INOVA

Os artigos assinados não representam o pensamento da editoria